

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Metodologia de Pesquisa em Cultura e Comunicação

João Fellype Barros de Lima

**O discurso intersubjetivo: uma leitura do jornalismo a luz
de Paul Ricoeur**

São Paulo
2024

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Metodologia de Pesquisa em Cultura e Comunicação

O discurso intersubjetivo: uma leitura do jornalismo a luz de Paul Ricoeur

João Fellype Barros de Lima

Orientador: Prof^o. Dr. Dennis de Oliveira

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Mídia, Informação e Cultura

São Paulo
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Dr. Dennis de Oliveira pelas indicações precisas, que deram tanta sustentação a este artigo, e por ter inspirado a mim e a tantos outros pesquisadores do universo da comunicação por meio de seu trabalho brilhante e dedicação intelectual.

À Professora Dra. Juliana Michelli da Silva Oliveira, por ter acompanhado com atenção e paciência a abertura dos primeiros caminhos desta pesquisa.

A todos os professores e funcionários do CELACC.

Aos colegas da turma de Midcult 2023/2024, em especial a Anna, Gabriela, Mel e Yuri, com quem dividi trabalhos, ideias, revoluções e conversas fundamentais para que esta pequena jornada se tornasse possível.

Aos afetos presentes e aos afetos da memória.

O discurso intersubjetivo: uma leitura do jornalismo a luz de Paul Ricoeur¹

João Fellype Barros de Lima²

Resumo: Tendo como pano de fundo a análise do conceito de objetividade no Manual da Redação da Folha de S. Paulo de 2021 e dos limites e problemáticas dessa conceituação para uma compreensão filosófica do jornalismo e de sua práxis, o presente artigo se concentra na análise das discussões de Paul Ricoeur em torno das temáticas da objetividade, subjetividade e interpretação, buscando, nesse sentido, oferecer um esboço conceitual de jornalismo enquanto discurso intersubjetivo. No estudo, discute-se ainda o papel da memória nessas intersecções e da fenomenologia enquanto um caminho para um entendimento ontológico do jornalismo.

Palavras-chave: objetividade, subjetividade, interpretação, intersubjetividade, fenomenologia

Abstract: Using the concept of objectivity as outlined in the 2021 edition of "Manual da Redação da Folha de S. Paulo" as a backdrop, and examining its limitations and challenges for a philosophical approach to journalism and its praxis, this article focuses on analyzing Paul Ricoeur's discussions surrounding the themes of objectivity, subjectivity, and interpretation. In this sense, it aims to provide a conceptual perspective of journalism as intersubjective discourse. The study further discusses the role of memory within these intersections and phenomenology as a pathway to an ontological understanding of journalism.

Keywords: objectivity, subjectivity, interpretation, intersubjectivity, phenomenology

Resumen: Con el concepto de objetividad en el "Manual da Redação da Folha de S. Paulo" de 2021 como referencia y considerando los límites y problemáticas de esta conceptualización para una comprensión filosófica del periodismo y su praxis, este artículo se centra en el análisis de las discusiones de Paul Ricoeur en torno a las temáticas de objetividad, subjetividad e interpretación. En este sentido, busca ofrecer un esbozo conceptual del periodismo como discurso intersubjetivo. El estudio también aborda el papel de la memoria en estas intersecciones y la fenomenología como un camino hacia una comprensión ontológica del periodismo.

Palabras clave: objetividad, subjetividad, interpretación, intersubjetividad, fenomenología

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

² João Fellype Barros de Lima é jornalista, graduado em Comunicação Social: jornalismo pela Universidade Paulista

Introdução

Segundo o ranking do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o jornal Folha de S. Paulo (2023) lidera a circulação de jornais no país, considerando a comercialização de edições físicas e digitais. Concomitantemente, o Manual da Redação da Folha de S. Paulo se coloca como uma "obra de referência essencial para jornalistas", abordando "temas e tópicos que ganharam relevância nos meios de comunicação nos últimos anos" (FOLHA DE S. PAULO, 2021).

Em que se pese sua relevância para o mercado no contexto das mídias tradicionais, o manual oferecido pela Folha carece, no entanto, de uma definição mais aprofundada, ao menos do ponto de vista filosófico, de conceitos importantes para o jornalismo, incluindo a problemática da objetividade – questão que, por sua vez, traz consigo implicações relacionadas aos próprios limites da prática jornalística.

Para justificar essa premissa, o presente artigo se debruçará na análise do verbete *objetividade* e de como o tema é explorado na última edição, de 2021, do Manual da Redação da Folha de S. Paulo.

Analisaremos ainda artigos do jornal Folha de S. Paulo que retomam os debates sobre objetividade e que, em certa medida, reforçam um cenário de imprecisão conceitual que dialoga com o que o pesquisador Mário Messagi Júnior define como um positivismo mais primal que ganha "nos manuais de redação, uma forte dose de simplificação" (JÚNIOR, 2022, p. 167).

Mas como ir além dessa simplificação, considerando a complexidade de uma discussão teórica que, em sua amplitude, atravessa não só o campo da comunicação, mas a própria filosofia em diferentes momentos de sua história?

É aqui que se concentra o objetivo principal do artigo e que consiste em investigar, a partir de leituras de Paul Ricoeur, as temáticas da objetividade, subjetividade e interpretação, e como esses conceitos dialogam na relação com os fenômenos externos relatados pelo jornalista em seu discurso.

Para trilhar esse caminho, partir-se-á inicialmente de uma breve contextualização das origens do jornalismo enquanto atividade econômica que emerge no seio de uma modernidade burguesa que abraça ideais positivistas, os quais, por sua vez, são circundados por princípios objetivistas quanto ao tratamento

do fenômeno ou, mais propriamente, quanto a representação de algo que se passou.

Na sequência, buscaremos, em Ricoeur, insumos para um entendimento inicial do jornalismo dentro de uma perspectiva ontológica, tendo-se em vista uma melhor sustentação da sua práxis.

A escolha de Ricoeur se dá pela centralidade das discussões sobre objetividade e subjetividade na obra do filósofo francês que, em grande medida, percorre uma trilha fenomenológica e de contínuo debate com outros autores que investigaram tais conceitos.

Ricoeur se interessa ainda por pautas caras ao jornalismo, como a memória, a noção de fato, o registro, a transferência dos discursos e os processos de interpretação, as quais serão também pontuadas no decorrer deste artigo.

Em Ricoeur, antecipa-se que, mais do que almejar um alcance absoluto do fenômeno objetivo, há uma espécie de busca, justamente, pela compreensão dos limites do possível na relação entre o eu subjetivo (e aqui podemos pensar no eu subjetivo do jornalista) e o acesso e interpretação ao objeto externo (fenômeno, cultura, mundo, o outro).

E, para o filósofo, essas dimensões subjetivas e objetivas – que estão presentes, por exemplo, na construção dos “testemunhos culturais” (RICOEUR, 1978, p. 112) – e, por extensão, também no testemunho e discurso jornalístico – caminham numa espécie de simbiose.

Assim, a subjetividade “se constitui a ela própria ao mesmo tempo em que a objetividade se engendra”. E a objetividade se engendra enquanto se faz compreender e captar “pelo método reflexivo da consciência” (Idem, 1978, p. 112), capaz, por exemplo, de gerar discursos – discursos cujas interpretações possíveis são polissêmicas. (Ibidem, p. 95).

Considerando-se, pois, esses pressupostos, o artigo apresenta uma formulação conceitual do jornalismo em linha com estudos da comunicação que o definem enquanto uma prática intersubjetiva que, longe de eliminar o compromisso com uma interpretação crítica do que está fora do sujeito, “da vida do espírito objetivada” (Ibidem, p. 21) e dos fenômenos que influenciam nas dinâmicas de nossa sociedade; leva em conta o papel do jornalista enquanto um dos artífices dessas dinâmicas.

Visa-se, por fim, contribuir com esse campo trazendo para a discussão elementos da fenomenologia que, por meio de seu rigor investigativo, pode, quiçá, oferecer luzes para as possibilidades e limites da práxis jornalística.

No rastro da objetividade: relações e limites

Para um entendimento de como a problemática da objetividade – ou, mais propriamente, daquilo que autores como Vilas Boas (1996) definiram como uma pretensão objetiva comum no jornalismo diário – se coloca como uma questão concomitantemente central e conceitualmente simplificada na grande imprensa, é válido nos remetermos inicialmente às origens históricas da atividade jornalística e de seus vínculos com a modernidade, contexto no qual o racionalismo positivista – que dá ao jornalismo o estofo ontológico de uma atividade que, supostamente, poderia ser neutra e imparcial na caça e representação das notícias – também se situa.

Esse movimento é importante uma vez que, mesmo quando consideramos que o jornalismo se viu conceitualmente insustentado quando os paradigmas teóricos da modernidade se enfraqueceram dentro do próprio desenvolvimento das ciências sociais e da comunicação ao longo da modernidade; como observou a pesquisadora Liriam Sponholz em artigo para a Revista Galáxia da PUC de São Paulo é comum que, ao atravessar os campos da reflexão acadêmica e filosófica, as discussões sobre objetividade factual no jornalismo ganhem tons nos quais, de modo corrente, "a imprecisão da linguagem cotidiana continua sendo utilizada" (SPONHOLZ, 2009, p. 56).

Ou seja: a confusão imposta pelo ideal da pretensão positivista de acesso ao real em sua dimensão objetiva que o jornalismo assumiu persiste, inclusive, a partir de reificações do senso comum; e identificar os "rastros" dessa confusão – para utilizar expressão comum do léxico ricoeuriano que designa os elementos que fundamentam a representância das "construções da história" (RICOEUR, 2018, p. 336) – é algo nos apoiará num posterior esforço de apresentar de que forma ela, a confusão conceitual, se introduz no Manual da Redação Folha de S. Paulo.

Ato contínuo, essa investigação também nos auxilia na compreensão de como objetividade e subjetividade(s) potencialmente se relacionam na prática jornalística e na própria composição de uma dimensão ontológica do jornalismo.

Objetivismo e as origens de uma simplificação positivista no jornalismo

Já no primeiro capítulo do livro "A saga dos cães perdidos", Ciro Marcondes Filho aponta que a "história do jornalismo reflete de forma bastante próxima a própria aventura da modernidade", inclusive em sua viragem para a notícia enquanto mercadoria que dialoga com o empreendimento burguês cujo desenvolvimento se consolida a partir do século XVIII – sendo a atividade jornalística "a síntese do espírito moderno", com a razão e a busca pela transparência "impondo-se diante da tradição obscurantista" anterior (MARCONDES FILHO, 2000, p. 10).

Com o intuito de categorizar esse desenvolvimento histórico do jornalismo e seu entrelaço com a modernidade – dentro de uma perspectiva econômica, política e cultural –, Marcondes Filho o divide em quatro fases, a começar pelo primeiro jornalismo, que o autor enquadra entre o fim do século XVIII e a metade do século XIX e no qual temos o período de "iluminação" do atividade jornalística, perspectiva em diálogo com os princípios da revolução francesa e com o ideal burguês de desnudar o obscurantismo dentro de um processo de esclarecimento político e ideológico onde "tudo deve ser exposto, superexposto, ostensivamente mostrado" (Idem, 2000, p. 11).

É nesse período que, segundo o autor, nasce o "o mito da transparência" que "quer tudo explicar, prever, controlar, administrar, o que supunha que nada mais poderia ficar fora do seu alcance e ninguém mais que o próprio jornalismo atuou para executar essa tarefa" (Ibidem, p. 21).

Seguindo em sua categorização da história do jornalismo, Ciro Marcondes Filho aponta que, em sua segunda fase – que se inicia em meados da metade final do século XIX – a imprensa moderna começa a estruturar seus fundamentos econômicos enquanto empreendimento da burguesia a partir, por exemplo, da venda de espaços publicitários e das inovações tecnológicas que possibilitaram o advento da imprensa de massa (Ibidem, p. 14-15).

Esse movimento se intensifica no “terceiro jornalismo” com a consolidação dos grandes monopólios da imprensa que se espalham em diferentes partes do mundo ao longo do século XX – questão que ocorre em meio a mecanização da atividade jornalística e respectivo desencanto com “as aspirações da modernidade, incorporadas pelo projeto iluminista” (Ibidem, p. 26-27) – e amplia suas possibilidades tecnológicas de recolher “material de todos os lados e produzir notícias” no “quarto e último jornalismo”, fase atual da imprensa que se inicia a partir dos anos 70 do século XX, ainda segundo a categorização de Ciro Marcondes Filho (MARCONDES FILHO, 2000, p. 30).

É interessante observarmos nesse momento, que, em que se pese o desencanto com os ideais da modernidade dentro da perspectiva de Marcondes Filho, os fundamentos de um primeiro momento histórico do jornalismo – que também abarca o racionalismo positivista da filosofia de Augusto Comte – persistem, em larga escala, tanto nas imprecisões conceituais comuns a grande imprensa sobre o que vem a ser, ontologicamente, o jornalismo; quanto na pretensão de tudo desvelar e tudo expor.

Sobre o primeiro ponto, Adelmo Genro Filho explica que:

[...] o positivismo, base teórica mais ampla do funcionalismo, é o desenvolvimento sistematizado do "senso comum" reificado, produzido espontaneamente pelo capitalismo.[...]. Portanto, até certo ponto, é inevitável que a teorização espontânea dos homens "práticos", quando refletem sobre questões sociais baseados na sua própria experiência, adquira contornos funcionalistas. O espírito "pragmático" da grande maioria dos jornalistas, em parte devido à defasagem do acúmulo teórico em relação ao desenvolvimento das "técnicas jornalísticas" e, em parte, devido ao caráter insolente e prosaico que emana naturalmente da atividade (produzindo nos jornalistas uma consciência correspondente), não poderia gerar uma outra forma de teorização. (GENRO FILHO, 1987, p. 39)

E, adiantando um debate que veremos mais à frente na análise do verbete objetividade no Manual da Redação da Folha de S. Paulo, Genro Filho (1987) acrescenta ainda que o viés positivista da teorização jornalística também se

apresenta quando profissionais – e, dedutivamente, empresas jornalísticas – se impõem a missão de elaborar manuais práticos da disciplina.

Sobre o segundo ponto – a pretensão de tudo desvelar – John B. Thompson (1995) acrescenta, por sua vez, que o avanço das mídias eletrônicas traz consigo novas possibilidades para um regime de visibilidade no qual experimentar ações e eventos de lugares distantes e simultaneamente são contextos que se abrem de um modo não observado anteriormente; Thompson, no entanto, não ignora a estruturação, por parte das organizações da mídia, de “processos de filmagem, reportagem, edição, transmissão, etc., que constituem parte da atividade de rotina destas organizações” (THOMPSON, 1995, p. 132-133).

Processos e recortes esses que, por si só, trazem bases para o questionamento tanto da ideia de neutralidade ou “aparência de neutralidade” que, como vimos, também sustentam “as características originais da atividade jornalística” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14); quanto de impessoalidade que estão no cerne das definições mais prosaicas de objetividade jornalística.

Retomando o vínculo entre o nascimento da imprensa e a modernidade burguesa, Adelmo Genro Filho (1987) explica ainda que o jornalismo é uma forma de conhecimento que surge, objetivamente, com base na indústria moderna. O autor acrescenta, a partir das ideias de Otto Groth, que os jornais “ são uma obra cultural produzida por sujeitos humanos dotados de finalidades conscientes, como parte da totalidade das criações humanas” (GENRO FILHO, 1987, p. 1-28).

É possível reforçar também, nessa perspectiva, a associação do funcionalismo positivista – que, como também já observado, perpassa o conceito de objetividade jornalística – com a ideia de sujeito autocentrado, do homem racional do iluminismo; homem “científico, libertado do dogma e da intolerância, diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada” (HALL, 2002, p. 18).

E, ainda que, como fora destacado por Stuart Hall, o ideal do sujeito iluminista tenha dado lugar, nas ciências sociais, a noções de “identidades abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas” (Idem, 2002, p. 28); persiste no jornalismo uma orfandade conceitual que veio a reboque quando se “balançaram os alicerces da modernidade” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 10).

Dentro desse contexto, um objetivismo simplificado – ainda que com um toque, via de regra, superficial no reconhecimento da impossibilidade de transmissão direta dos acontecimentos e do entendimento, que hoje se faz mais presente, da existência de elementos subjetivos na prática jornalística – persiste como pano de fundo conceitual em discussões sobre jornalismo nascidas na imprensa. Tomaremos aqui como exemplo, mais a frente, como esse tratamento se constrói no Manual da Redação do Jornal Folha de S. Paulo.

Paul Ricoeur: o fato, a memória e a dimensão objetiva

Para iniciarmos nossa busca, em Ricoeur, de elementos para uma sustentação conceitual e ontológica da prática jornalística, convém darmos um passo anterior e mencionar o que o filósofo francês entende pela ideia de “fato”, com a observação de que, ainda que o autor não se remeta de modo mais aprofundado e específico ao jornalismo nas obras estudadas para o presente artigo, a temática do fato histórico por ele discutida, acredita-se, pode nos servir de alicerce nessa trilha. Assim, para Ricoeur:

O fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa representá-lo [...] ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. (RICOEUR, 2018, p. 190)

Nesse sentido, já é possível notar, a partir da visão de Ricoeur, uma camada subjetiva no próprio conceito de fato que, por sua vez, é o insumo básico da prática jornalística; haja vista que nesse processo de representação, construção e na própria análise documental que sustentam o fato, há escolhas, recortes, hipóteses, posto que, também de acordo com o filósofo, “os documentos só falam quando lhes pedem que verifiquem, isto é, tornem verdadeira, tal hipótese” – e tal questão indica uma “interdependência, portanto, entre fatos, documentos e perguntas” (Idem, 2018, p. 188).

Além da análise documental, Ricoeur (2018) postula também o papel do testemunho no movimento de construção factual, reforçando alguns aspectos importantes nessa relação que, para o nosso propósito, pode se estender ao jornalista em seu processo de consulta de fontes.

Há, inicialmente, o caráter da dúvida: “até que ponto o testemunho é confiável?”, pergunta o filósofo, alertando que “a suspeita se desdobra ao longo de uma cadeia de operações que têm início no nível da percepção de uma cena vivida, continua no da retenção da lembrança” e chega até “a fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento” (Ibidem, p. 171).

E como superar essa dúvida que, em seu limite, persegue toda a tessitura histórica – seja aquela construída pelos historiadores ou “pelos trabalhos de historiadores do tempo presente” (RICOEUR, 2018, p. 171)?

Um dos caminhos é o confronto de testemunhas, do espaço público, que aceitam ser convocadas e validadas acerca de sua intenção veritativa no relato de um acontecimento.

É importante ainda, segundo Ricoeur, que o testemunho se sustente no tempo, elemento central para que uma testemunha seja considerada confiável; sendo essa manutenção no tempo algo que “aproxima o testemunho da promessa, mais precisamente da promessa anterior a todas as promessas, a de manter sua promessa, de manter sua palavra” (Idem, 2018, p. 174).

Aqui, podemos, pois, observar tanto que no fato há um elemento heurístico de escolha no caminho documental e no uso de fontes/testemunhos em que se baseia a construção do fato – o qual, por sua vez, sustenta o discurso, a narrativa jornalística; quanto de uma intersubjetividade e interdependência que se expressa, por exemplo, na situação dialogal entre alguém que testemunha algo e alguém (como o próprio jornalista) que autentica aquela expressão de um fenômeno, pois, diz Ricoeur, “é diante de alguém que se atesta a realidade de uma cena à qual se diz ter assistido” (Ibidem, p. 173).

Por extensão, é possível afirmar que o jornalista depende de suas escolhas subjetivas e da subjetividade do outro em uma relação dialógica contínua que mais se aproxima “da probabilidade da produção de um acontecimento” (Ibidem, p. 184) do que de um realismo direto ou da objetividade empírica e positiva.

Não por acaso, em uma rara menção direta a mídia na obra “A memória, a história e o esquecimento”, Paul Ricoeur explicita – ao reforçar que o acontecimento histórico é, ainda, diferente da coisa acontecida dentro de uma perspectiva de acepção fenomenológica do objeto exterior – “o fato de o termo “acontecimento” não designar a coisa acontecida é confirmado pelo simples fato de se falar de “produção do acontecimento” e das metamorfoses do acontecimento”; trata-se do pequeno noticiário abocanhado pela mídia” (RICOEUR, 2018, p. 191)

E outro elemento que traz mais complexidade para esse contexto envolve a memória e o registro ou representação textual da coisa rememorada.

Analizando a obra “O Sofista” de Platão, por exemplo, Paul Ricoeur já indica a preocupação do filósofo grego em torno de questões como a “possibilidade da falsidade” no “momento da rememoração” de algo que ocorreu e com os limites de uma “ideia de semelhança fiel” ante uma lembrança (Idem, 2018, p. 30-31).

O aprofundamento desse debate no próprio campo dos estudos teóricos da comunicação parece ter contribuído para um refinamento, ainda que sutil, como veremos mais à frente no exemplo da Folha de S. Paulo, da perspectiva objetiva a partir do reconhecimento de uma impossibilidade de transmissão absoluta ou direta de algo que ocorreu e da existência de um conjunto de elementos subjetivos na prática e construção jornalística.

Assim, Adelmo Genro Filho reforça, por exemplo, que “já é quase senso comum nas ciências, hoje em dia, a ideia de que o “objeto teórico” (ou “objeto do conhecimento”) é distinto do “objeto real”, entendido este apenas enquanto manifestação fenomênica” (GENRO FILHO, 1987, p. 10).

Voltando à questão da memória, dada essa suspeição que sobre ela recai já na filosofia platônica, o que, afinal, assegura a sua fidelidade veritativa em relação a algo que já ocorreu? E ampliando a questão para o campo do jornalismo, como a memória pode servir de instrumento para o discurso jornalístico, considerando inclusive que, segundo Ricoeur, “ninguém se dedica a explicar uma sequência de acontecimentos sem recorrer a uma colocação em forma literária expressa de caráter narrativo, retórico ou imaginativo” (RICOEUR, 2018, p. 147)? Podemos ainda nos perguntar, nesses termos, no que se distingue, ontologicamente, a construção jornalística da ficção?

Sobre a primeira pergunta, é em Aristóteles que Ricoeur busca uma primeira pista. Diz Aristóteles que a memória é do passado. Ou seja, ela se remete a algo que ocorreu temporalmente; ao contrário do fantástico, da imaginação, no qual o processo criativo, ainda que possa conter elementos objetivos vivenciados pelo autor, não possui uma pretensão veritativa ou vínculo com o temporal. Com a lembrança, diz Ricoeur, “o ausente traz a marca temporal do anterior” (Idem, 2018, p. 38). Além disso, há um vínculo também com o real, pois, explica Ricoeur:

Enquanto a imaginação pode jogar com entidades fictícias, quando ela não representa o real, mas se exila dele, a lembrança coloca as coisas do passado; enquanto o representado tem ainda um pé na apresentação enquanto apresentação indireta, a ficção e o fingido situam-se radicalmente fora de apresentação. (RICOEUR, 2018, p. 64)

É nesse caminho de apresentação/representação indireta do fenômeno ocorrido que caminha também, pois, a memória. Ricoeur não abraça, nesse sentido, um idealismo subjetivista; antes, reconhece e afirma uma dimensão objetiva aos quais estão ligados os testemunhos e os rastros documentais que compõem o fato histórico, bem como, a memória expressa de algo que ocorreu – “a fenomenologia da lembrança deve [...] libertar-se da tutela da fantasia” (RICOEUR, 2018, p. 65).

E assim o fazemos quando entendemos que fantasia e memória operam em campos distintos e, além disso, quando se reconhece que há uma disciplina orientada para o “horizonte do mundo” (RICOEUR, 1978, p. 11), para uma dimensão objetiva em qualquer movimento de interpretação do real e em suas representações discursivas, incluindo a jornalística.

Como bem explica Stefan Bulawski em leitura de Ricoeur, enquanto indivíduos, somos “sujeitos interpretantes” cuja subjetividade também é formada dentro de uma dialogia com “o outro”, com “as obras culturais”; com “as expressões da vida” (BULAWSKI, 2022, p. 388) – ou seja, a própria formação subjetiva do ser se constrói a partir de um diálogo com uma camada objetiva do real, da cultura, do ser que não sou eu.

Quando recorremos diretamente à Ricoeur, somos defrontados com a ideia de que todo o processo de construção do discurso – donde pode-se inferir também o discurso jornalístico – é formado a partir da "possibilidade de um ser [...] se voltar ao mundo, visá-lo, apreendê-lo, agarrá-lo, compreendê-lo" (RICOEUR, 1978, p. 255); há, aqui, não só a perspectiva de busca, mas também de intencionalidade, tópico central nos estudos de fenomenologia.

Jornalismo como interpretação e discurso intersubjetivo

Afirmar, pois, os elementos subjetivos que compõem ontologicamente um discurso com pretensão veritativa como, afinal, o é o discurso jornalístico, não significa negar seu horizonte objetivo; ao mesmo tempo em que reconhecer os limites e complexidades dessa busca não deve privá-lo da necessidade de uma disciplina objetiva por parte do jornalista que se propõe a interpretar e traduzir o real para outros interpretantes dentro de um movimento dialógico e polissêmico que faz “do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado” (RICOEUR, 2018, p. 175).

Dito isso, em “O conflito das interpretações”, a partir de um objetivo expresso de renovação da fenomenologia por meio da hermenêutica, Ricoeur (1978) oferece algumas pistas que nos auxiliam nessa rota de definição ontológica do jornalismo enquanto uma prática interpretativa e, concomitantemente, intersubjetiva.

A característica da busca pela aproximação entre subjetividades é própria, segundo Ricoeur, do movimento textual e da interpretação em si. Diz o filósofo que o trabalho de interpretação “revela um desígnio profundo, o de vencer uma distância, um afastamento cultural, de tornar o leitor igual a um texto tornado estranho, e, assim, de incorporar o seu sentido à compreensão presente que um homem pode ter de si mesmo” (RICOEUR, 1978, p. 6).

Ao mesmo tempo, quando consideramos todos os elementos discutidos até aqui, é possível inferir que há, na construção de um discurso jornalístico a possibilidades de múltiplos sentidos – uma vez que nele podemos abarcar as complexidades da hipótese, do recorte documental, testemunhal aqui discutidos, além da subjetividade do próprio jornalista – e há, segundo Ricoeur, interpretação,

justamente “onde existe sentido múltiplo, e é na interpretação que a pluralidade dos sentidos é tornada manifesta” (Idem, 1978, p. 15).

Ocorre, no entanto, algo curioso: ao mesmo tempo em que interpreta, todo discurso interpretante reduz essa riqueza de sentidos, essa “multivocidade, e “traduz” o símbolo conforme uma grelha de leitura que lhe é própria” (Ibidem, p. 16).

Como, então, escapar dessa limitação auto-imposta? Propondo um caminho a partir da leitura de Ricoeur, o jornalismo deveria estimular a reflexão “crítica aplicada às obras e aos atos que são os sinais do ato de existir [...] a reflexão é a apropriação do nosso esforço para existir e do nosso desejo de ser através das obras que testemunham esse esforço e esse desejo” (Ibidem, p. 19).

Quando não parte desse intento, de uma finalidade “crítica corretiva”, o jornalismo corre o risco – risco comum a todo discurso interpretante – de não se elevar “da má compreensão a compreensão” (Ibidem, p. 20).

Ricoeur reconhece ainda e novamente que todo “método reflexivo tem seu ponto de partida no movimento objetivo” ou seja, na dimensão das obras, dos homens, do meio; em que subjetividades dialogam e se constituem (RICOEUR, 1978, p. 112).

A análise, aliás, parece encontrar eco na definição de fato jornalístico de Genro Filho:

A complexidade do fato jornalístico decorre da contradição inerente à produção do próprio mundo social. Essa contradição nasce da relação axiomática do sujeito com o mundo objetivo, na mesma medida em que a objetividade vai constituindo o substrato que confere realidade à autoprodução do sujeito. Logo, qualquer gênero de conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser separada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade. É a dimensão objetiva da singularidade que diferencia o jornalismo da arte. (GENRO FILHO, 1987, p. 24)

Estes elementos podem nos auxiliar a esboçar uma definição de jornalismo enquanto discurso intersubjetivo – no sentido de múltiplas subjetividades que se

engendram na produção do fato jornalístico – e interpretativo que se orienta para um horizonte objetivo.

E ainda que a transmissão de um fato se dê como uma apresentação indireta de um fenômeno e como a probabilidade de um fato que se constrói, a disciplina objetiva – em conjunto com o estímulo a uma leitura crítica da cultura e do mundo social – parecem fundantes para a práxis jornalística.

Objetividade no Manual da Redação da Folha de S. Paulo: limites conceituais, superficialidade e imprecisão

"Não existe objetividade absoluta. Ao escolher um assunto, redigir e editar um texto, o jornalista toma decisões subjetivas, influenciadas por suas convicções pessoais, hábitos e emoções. Isso, porém, não o exime da obrigação de tentar ser o mais objetivo possível." (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 114).

Quando refletimos sobre a análise acima retirada do Manual da Redação do jornal Folha de S. Paulo de 2021 que trata da problemática da objetividade, uma dicotomia muito clara parece surgir, ao mesmo tempo em que imputa uma exigência um tanto vaga para o jornalista: assim, mesmo reconhecendo a impossibilidade objetiva do jornalismo enquanto tal e da própria objetividade enquanto elemento absoluto, o texto demanda para o jornalista a obrigação de ser o "mais objetivo possível".

Não há, no entanto, um aprofundamento no específico trecho, sobre como ser o mais objetivo possível, quais as possibilidades e limites dados ao jornalista nesse processo, nem o que vem a ser objetividade ou mesmo como a Folha entende tal conceito; ainda assim, o jornal afirma que seu manual tem a finalidade de apoiar o "profissional de imprensa a relatar os fatos com exatidão e distanciamento" (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 114).

Com alguma dose de inferência, pode-se associar a obrigação que a Folha destaca de se ser o mais objetivo possível com a disciplina objetiva de que fala Ricoeur (2018) e que orienta, como vimos, toda reflexão subjetiva; todo texto interpretativo em seu diálogo com um mundo social, com o "horizonte do mundo".

Todavia, a simplificação, a ligeireza da análise da Manual da Folha acaba por encontrar ecos no "positivismo vulgar" de que fala Mário Messagi Júnior (2022) quando imputa ao jornalista uma obrigação de caráter positivo sem apontar os caminhos para esse impulso totalizador tão próprio, como vimos, das primeiras fases do jornalismo em seu entrelaço com os ideais do esclarecimento moderno.

Deságua ainda no que Genro Filho define como um pragmatismo positivista em que a defasagem do acúmulo teórico dialoga, por sua vez, com a imprecisão conceitual comum a linguagem cotidiana ressaltada por Liriam Sponholz, para retomar alguns pesquisadores discutidos ao longo do presente artigo.

De fato, o enunciado percorre uma espécie de rota tautológica em torno de si mesmo e pouco acrescenta a complexidade de uma discussão teórica importante da comunicação e, como vimos, da própria história da filosofia.

Analizando outros trechos do Manual da Redação da Folha de 2021, é possível perceber, de modo mais claro, como a questão da objetividade ainda está ligada a uma concepção funcionalista e Comteana já amplamente questionada nas ciências sociais. E, mesmo nessa seara mais elementar do positivismo em seu nascedouro conceitual, a imprecisão fica patente quando ideias complexas como os limites da objetividade são lançadas no Manual sem maiores ancoragens teóricas.

Assim, a Folha reforça, por exemplo, a ideia de que “embora a objetividade descritiva seja inalcançável como valor absoluto, procedimentos consagrados de apuração e redação ampliam o distanciamento crítico e tornam as descrições dos eventos tão exatas quanto possível” (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 122).

Novamente, não se encontra no postulado ou na sequência do parágrafo, qualquer menção aos debates conceituais relacionados com o que a Folha (2021) descreve como “objetividade descritiva”, incluindo pontos como às problemáticas da representação, os ruídos no registro do discurso ou os elementos que interferem na pretensão do tão “exato quanto possível”.

O que vem a ser esse exato? Por que a objetividade descritiva é, afinal, inalcançável? Por que “os procedimentos consagrados de apuração e redação” auxiliam na metodologia objetiva? São perguntas que, em sua maioria, ficam sem resposta no Manual da Folha.

Sobre a primeira questão – a descrição exata ou o tão exata quanto possível –, é interessante observar que ela se liga a uma temática fundante da investigação

fenomenológica: a percepção do fenômeno que, em si, segundo a fenomenologia, carrega algo de impreciso.

Como observa o pesquisador Danilo Saretta Verissimo, Husserl, por exemplo, "opta pela tentação do inacabamento e da ambiguidade da percepção" uma vez que, quando temos uma "percepção bastante precisa de uma face qualquer da coisa [...] permanecemos expostos à reserva que o objeto nos opõe. Caso passemos ao encontro das outras faces, perdemos o que tínhamos na primeira série de imagens" (VERISSIMO, 2015, p. 147).

E, ainda que não se queira imputar a um manual prático de redação jornalística a complexidade do debate fenomenológico sobre percepção e representação dos objetos, parece razoável demandar mais profundidade e clareza na discussão conceitual de uma pauta tão cara ao jornalismo quanto a objetividade – mesmo que nos limites do funcionalismo clássico Comteano – uma vez que tais fundamentos são importantes para os processos da práxis jornalística e que estamos falando do jornal de maior circulação do país.

É, pois, segundo seus próprios termos, que a Folha falha em oferecer um arcabouço teórico mais denso aos profissionais que o utilizam como guia. Basicamente, ele segue arraigado a ideias modernas como a de distanciamento crítico e impessoalidade empírica.

Para sustentar o distanciamento crítico próprio do ideal positivista moderno, é justo observar que o Manual oferece, ao menos, uma pista procedimental ao explicar que, no manter-se "equidistante das diferentes forças em atuação num dado cenário e disposto a ouvi-las e expressá-las, o jornalista profissional confirma a veracidade dos fatos, aponta conexões entre eles e estabelece uma hierarquia noticiosa" (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 122).

É possível estabelecer uma conexão com o trecho acima e as análises de Paul Ricoeur acerca do papel do testemunho na construção do fato histórico, principalmente no que concerne aos princípios do confronto de testemunhas que trazem mais plausibilidade a intenção veritativa na descrição e relato de um fenômeno.

Todavia, ao passo que o filósofo francês reforça, justamente, a ideia da intenção veritativa e mesmo o caráter heurístico que perpassa o nível ontológico do fato; o Manual da Folha (2021), em um salto conceitual, aponta que, já a ouvir as

diferentes forças em atuação num dado cenário, o jornalista estaria confirmando a veracidade de um fato, dentro de mais um traço de um funcionalismo clássico a partir do qual o empirismo é capaz de tudo confirmar, provar e estabelecer.

Há outras duas menções à objetividade no Manual da Redação da Folha de S. Paulo.

Na primeira, a Folha (2021) explica que é a partir da “busca da objetividade e o princípio do contraditório” – que, novamente, podemos relacionar com a disciplina da objetividade e a análise testemunhal ricoeuriana – que se distingue um “jornalismo crítico, plural e apartidário” daquele que propaga “notícias falsas ou que, por amadorismo, militância ou vocação publicitária” foge desses princípios.

Aqui, a Folha retoma – e mistura – princípios da objetividade positivista como a proposta de se fazer “um relato isento [...] dos acontecimentos” (Idem, 2021, p. 67), com uma perspectiva crítica que, no entanto, navega também nos tons conceitualmente rasos acerca do que Folha em seu manual.

Nesse ponto, é válido trazer a análise de Genro Filho, que ressalta tanto que essa confusão conceitual é comum no jornalismo; quanto que sua pretensa perspectiva crítica, na verdade, serve como instrumento de reprodução da ideologia dominante. Assim, ele explica que, em sua pretensão:

O jornalismo deve ser "imparcial", mas deve "interpretar" os fatos e "guiar" seus leitores. Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado "bom senso", expressão individual da ideologia hegemônica. (GENRO FILHO, 1987, p. 14-15).

Finalmente, o Manual traz rapidamente a noção de interpretação para a práxis jornalística. Há, entretanto, mais uma miscelânea de ideias que se misturam e reforçam a impressão de vazio conceitual que dá pouca sustentação ontológica à proposta da Folha.

Assim, diz o Manual que, “sem perder a isenção e o compromisso com a objetividade, (o jornalista) deve ser tão analítico e interpretativo quanto possível, a fim de que seu texto não se transforme num relatório inconclusivo” (IDEM, 2021, p. 77).

Por que perder-se-ia o compromisso com a objetividade? O que há de "conclusivo" no discurso jornalístico considerando, por exemplo, os aspectos aqui analisados de construção factual e recorte de testemunhos culturais?

Apontar as perguntas sem resposta na Folha é mais um instrumento que nos ajuda a demonstrar a imprecisão teórica que, grosso modo, perpassa a forma como o manual da Folha apresenta temáticas importantes do debate sobre comunicação e jornalismo, tanto a nível ontológico, quanto prático.

Em todo o seu carácter impreciso, o Manual parece se arraigar – ainda que tocando *en passant* em questões como a interpretação e fazendo concessões aos elementos subjetivos nas decisões do jornalista – a uma concepção funcionalista clássica que, segundo pesquisadores como Genro Filho, estão presentes na grande imprensa de modo geral.

Como vimos, no entanto, mesmo dentro dos limites positivistas, o Manual oferece pouca sustentação teórica – que dirá ontológica – para a prática jornalística.

É possível também associar toda essa imprecisão com a crise e o desencanto com os ideais positivistas analisados por Marcondes Filho no livro *A saga dos cães perdidos*. Desencanto que, no entanto, parece não ter atualizado o debate teórico no maior jornal em circulação do país, ainda atado aos alicerces de uma modernidade que, há muito, se mostram frágeis.

Outros exemplos do debate sobre objetividade jornalística no Jornal Folha de S. Paulo

Para ampliar o escopo de análise sobre a temática da objetividade no jornal Folha de S. Paulo, foram selecionadas no presente artigo duas colunas da seção Ombudsman publicadas, respectivamente, em março de 2024 e fevereiro de 2020 que mencionam a pauta em diferentes perspectivas. Além destes exemplos, discute-se ainda brevemente um artigo de Otavio Frias Filho, então diretor de redação da Folha, em que comenta o lançamento da 5ª edição do Manual da Redação do jornal.

Como é sabido por aqueles que acompanham o veículo, a seção do Ombudsman – inovação introduzida pela Folha de S. Paulo na grande imprensa no fim da década de 1980 (FOLHA DE S. PAULO, 2014) – concatena, a partir de uma

visão crítica e da interlocução com os leitores, ponderações sobre diferentes matérias do jornal, sobretudo as de maior repercussão junto ao público do veículo, além de debates que estão transcorrendo na mídia.

Dito isso, no primeiro exemplo aqui analisado, José Henrique Mariante, atual ombudsman da Folha, menciona a questão da objetividade ao refletir acerca da cobertura do New York Times sobre a candidatura de Joe Biden nos Estados Unidos.

O jornal americano havia lançado, em março de 2024, uma pesquisa sobre as condições de Biden para reassumir a presidência americana levando em conta a idade do candidato. O levantamento, por sua vez, aferiu que, para 61% dos eleitores dos Estados Unidos, o candidato democrata estava muito velho para o cargo e a pesquisa foi criticada por, supostamente, favorecer Donald Trump.

Dentro desse contexto, Mariante (2024) afirma que não cabe aos jornalistas, "pelo menos os de verdade", deixar de analisar tal questão ou mesmo se unir para impedir a volta de Trump ao poder, ainda que o candidato republicano para as eleições de 2024 seja, nas palavras de Mariante, "um fascista de rede social, mentiroso, racista e negacionista da crise climática" (MARIANTE, 2024).

Para reforçar essa tese, diz o ombudsman que "a objetividade jornalística, a que contraindica o risco de assumir lados, se impõe. Ainda que um dos lados seja o horror que for" (Idem, 2024).

O trecho não só dialoga com a análise de Genro Filho de uma imparcialidade que termina por reproduzir aspectos da ideologia dominante – no caso, o cenário de polarização da democracia burguesa – sob o manto da objetividade; mas parece minar as possibilidades críticas que nascem dos discursos interpretantes, seguindo aqui a perspectiva e o léxico de Paul Ricoeur.

Dito isso, Mariante (2024) avança nas complexidades do que chama "jornalismo entre polos" e reforça esse cenário de falta de saídas do jornalismo para salvar a democracia vigente.

O autor aprofunda sua análise ao enunciar uma camada de perda de norte e mesmo de relevância do jornalismo – "a questão é [...] se o jornalismo profissional ainda é capaz de influir nos humores do país ou se isso já não é apenas uma memória saudosista" (MARIANTE, 2024) – no contexto atual da sociedade, ponto que dialoga com a perspectiva de desnorteamento da quarta e presente fase do jornalismo na leitura de Ciro Marcondes Filho (2000).

O que parece ser ignorado no artigo é como essa perspectiva de impessoalidade e os limites de uma objetividade ainda associados ideais modernos contribuem para esse atordoamento trazendo, inclusive, falta de clareza para os métodos que sustentam a práxis jornalística.

Esses riscos são observados em outra coluna da seção Ombudsman, de 2020 e assinada pela jornalista Flavia Lima.

Com o título "Os erros de Lula segundo a Folha", o artigo ressalta a má repercussão da checagem de uma matéria da Folha de S. Paulo – publicada em 1º de fevereiro de 2020 – que afirma que "Lula acumula declarações falsas e distorcidas desde a saída da prisão" (FOLHA DE S. PAULO, 2020). Na matéria em questão, utiliza-se o método do fact checking a partir de apoio da agência independente de checagem Lupa que realizou um escrutínio de pronunciamentos de Lula.

Flávia Lima, por sua vez, explica que, tradicionalmente, o fact checking não analisa opiniões, pois elas "não são checáveis: a verificação deve se limitar a dados históricos e estatísticos" (LIMA, 2020).

É nesse contexto que residem alguns dos problemas estruturais da matéria em questão. Flavia Lima reforça, nesse sentido, que em "em nome de uma pretensa objetividade, o texto empilha declarações com níveis de importância bastante variados e, em alguns momentos, desrespeita regras básicas do processo de checagem" (Idem, 2020).

Um exemplo desse não cumprimento das regras de checagem se dá, justamente, na análise de opiniões de Lula.

O atual presidente havia dito, no período, que o então governo de Jair Bolsonaro "tem como "orientador cultural" um homem que acredita que a Terra é plana", ponto que, segundo a Lupa, é distorcido, posto que Olavo de Carvalho – a quem Lula se refere – não se definia como "terraplanista", ainda que não tenha encontrado evidências que refutem "experimentos que mostram a planicidade das superfícies aquáticas" (Ibidem, 2020).

Flávia Lima, nesse sentido, explica que "Lula tem uma opinião sobre Carvalho. Este tem uma opinião sobre um dado científico (o que é preocupante). E a Folha gastou tinta para dizer que a opinião de Lula é distorcida" (Ibidem, 2020).

Outro ponto, mais preocupante do ponto de vista jornalístico e da construção do factual na matéria é o desrespeito do direito ao contraditório – elemento que, como vimos, é também uma das bases do viés veritativo do fato histórico na perspectiva de Ricoeur (2018). Assim, conforme apontado por Lima, assessores de Lula afirmaram que não lhes foi dado tempo para resposta e, segundo "a metodologia da checagem, o contato precisa ser feito antes de a matéria ser publicada e o prazo a ser dado para a resposta precisa ser razoável" (LIMA, 2020).

Tais pontos nos auxiliam a fundamentar a importância de uma maior densidade e, sobretudo, de uma maior clareza sobre os preceitos que orientam a atividade jornalística. Conforme, inclusive, expresso por Lima (2020), um método claro é determinante para que não se alimente discursos de desconfiança sobre a imprensa.

Nesse sentido, é interessante uma menção breve a artigo de Otávio Frias Filho, de 2018, no qual menciona as motivações para a formulação do Manual de Redação da Folha de S. Paulo – "pertencemos a uma geração que não se conformava com as debilidades do relato jornalístico" (FRIAS FILHO, 2018) –, como também reconhece os limites do instrumento:

Claro que nunca tivemos a ilusão de que fosse possível alcançar uma objetividade comparável à da matemática. Mas acreditávamos em dois caminhos para reduzir a margem de arbítrio. O primeiro era estipular uma série de normas destinadas a coibir a incidência de erros e lacunas e amainar o efeito dos vieses. O segundo era dotar o veículo de instrumentos coercitivos de autocorreção, como a manutenção de um(a) ombudsman e a obrigatoriedade de publicar a seção "Erramos". Foram estratégias frutíferas, mas que logo mostraram seus limites. É mais fácil retificar erros específicos do que tornar as abordagens menos superficiais. (FRIAS FILHO, 2018).

O curioso é notar que, ainda que reconheça os limites de seu Manual, a Folha não só ainda o adota utilizando um léxico de conceitos e princípios que, no mínimo, dialogam com uma perspectiva mais superficial de positivismo; mas tenha optado por um caminho de mais simplificação, uma vez que, segundo Frias, "o excesso de regras acabou por se converter em obstáculo" e "não existe norma que garanta uma boa formação profissional e intelectual" (Idem, 2018).

Ainda que se aceitem tais pressupostos, não se trata de cobrar um excesso de regras, mas antes, de mais clareza conceitual como base para a orientação de uma práxis capaz de gerar confiança e da atualização da imprensa nos debates que sustentam as ciências da comunicação na contemporaneidade.

Considerações finais

Conforme expresso ao longo deste artigo, um dos riscos inerentes a um modelo objetivista de jornalismo que advoga por uma pretensa neutralidade envolve a mera reprodução das ideologias do status quo, restringindo a capacidade crítica do jornalismo enquanto discurso interpretante aos limites dessa mesma ideologia.

Ademais, os limites de uma dimensão positiva mais simplista e pretensamente neutra são facilmente observáveis na Folha de S. Paulo e se colocam como um reflexo da imprecisão conceitual discutida, em diálogo com diferentes autores, ao longo do presente artigo.

Assim, ao mesmo tempo em que advoga por uma noção simplificada e vaga de objetividade e imparcialidade jornalística, José Henrique Mariante – no supracitado artigo que analisa a cobertura do New York Times sobre as eleições americanas –, deixa de lado a neutralidade para reforçar o fascismo digital de Donald Trump.

É razoável, inclusive, assumir que esse reforço pode encontrar raízes em uma orientação objetiva – uma vez que o atual candidato americano assume princípios dessa corrente de pensamento, como o chauvinismo –, mas essa orientação objetiva não é neutra: há um diálogo de ideias e o próprio Mariante assume uma reflexão crítica – ainda que ele mesmo defenda, no artigo, um ideal de neutralidade – dentro de um movimento que é próprio de qualquer discurso interpretante, como explicou Ricoeur (1978).

Nesse sentido, reconhecer o jornalismo como um discurso que interpreta e é composto por uma intersecção de subjetividades carrega também o objetivo de reforçar esse potencial crítico e potencialmente emancipatório que nasce quando, conforme explica Dennis de Oliveira, a postura do jornalista é capaz de transcender a mera "visão funcional de "expor os fatos" (OLIVEIRA, 2017, p. 196).

Nessa jornada, não cabe negar a dimensão objetiva, nem mesmo a necessidade de uma disciplina objetiva – como bem observou Ricoeur (2018) – na análise e construção dos fatos jornalísticos; mas antes, de entender que essas camadas dialogam com vozes subjetivas; com a realidade de um "mundo em construção e de um ser humano que se faz permanentemente" (Idem, p. 196). Nesse contexto dialógico, os pressupostos de uma visão cientificista que fundamentaram a consolidação da grande mídia burguesa parecem, há muito, deslocados.

É passível ainda de reflexão o fato de que, enquanto representante maior dessa mesma grande mídia, a Folha de S. Paulo parece confortável no embate distanciado de tais pressupostos, ao mesmo tempo em que os sustenta com discursos jornalísticos que embasam o que Genro Filho chama de concepções dominantes na sociedade (1987).

Todo esse cenário de crise da mídia tradicional talvez possa, por fim, abrir portas para modelos de jornalismo em que o reconhecimento das dimensões intersubjetivas e interpretativas de seu discurso – analisadas, neste artigo, segundo as investigações de Ricoeur – se colocam como novos alicerces para uma prática jornalística capaz de trilhar caminhos mais dialógicos, críticos e, quiçá, emancipatórios.

Referências bibliográficas

- BULAWSKI, Stefan. Interpretação e subjetividade em Paul Ricoeur. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 31, n. 101, p. 375-388, jan. 2004.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação: Folha de S.Paulo**. São Paulo, SP: Publifolha, 2021.
- FRIAS FILHO, Otavio. Jornalismo, um mal necessário. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/otavio-frias-filho/2018/02/jornalismo-um-mal-necessario.shtml>> Acesso em: 18, jul. 2024
- GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre, RS: Tchê!, 1987
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.
- IVC MUDA CÁLCULO PARA ASSINATURAS; FOLHA É LÍDER EM CIRCULAÇÃO. **Folha de São Paulo**, ago. 2023. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/ivc-muda-calculo-para-assinaturas-folha-e-lider-em-circulacao.shtml>>. Acesso em 11 jun. 2024
- JÚNIOR, Mário Messagi. Fato vs. texto: como a “objetividade” oculta o caráter discursivo do jornalismo. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 17 n. 1, p. 166-186, dez. 2021.
- LIMA, Flavia. Os erros de Lula segundo a Folha. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2020/02/os-erros-de-lula-segundo-a-folha.shtml>> Acesso em: 10, jul. 2024
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo, SP: Hacker editores, 2000.
- MARIANTE, José Henrique. Jornalismo entre polos. **Folha de S. Paulo**, 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jose-henrique-mariante-ombudsman/2024/03/jornalismo-entre-polos.shtml>> Acesso em: 15, jul. 2024
- OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. Curitiba, PR: Appris Editora, 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2010.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1978.

THOMPSON, John B. **Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes, 2013.

VERISSIMO, Danilo Saretta. Sínteses sem fim: a percepção de objetos segundo Husserl. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67 n.3 p. 139-152, 2015

VILAS BOAS, S. **O estilo magazine: o texto em revista**. São Paulo, SP: Summus, 1996.